

TEMER TENTARÁ APROVAR ASSALTO TRABALHISTA NESTA QUARTA

Governo golpista busca atender interesse das grandes empresas às custas dos direitos dos trabalhadores

Em meio a denúncias de corrupção envolvendo diretamente o presidente ilegítimo Michel Temer (PMDB), o governo tenta aprovar a reforma trabalhista, que retira direitos dos trabalhadores para favorecer grandes empresários. O projeto de lei que muda a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado na quarta-feira (28), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), seguirá para a última etapa de votação, no plenário do Senado Federal. Veja o que muda na CLT e como isso afeta sua vida.

1. Grávidas e lactantes poderão trabalhar em lugares insalubres. Se aprovada, a reforma permitirá que mulheres grávidas ou que estão amamentando trabalhem em lugares insalubres de grau médio e mínimo. Só ficará proibido o grau máximo. Nos locais insalubres, as trabalhadoras terão contato com produtos químicos, agentes biológicos, radiação, exposição ao calor, ambiente hospitalar de risco, frio intenso e outros.

2. Assédio moral e sexual será precificado de acordo com condição social



da vítima. Caso esse crime seja cometido pelo patrão, a vítima será indenizada de acordo com o salário que ela recebe. As trabalhadoras que ganham menos ficarão mais vulneráveis. "Uma gerente que for assediada ganhará uma indenização maior do que uma secretária. Assim, sairá mais barato assediar as trabalhadoras do chão de fábrica", explica a senadora Gleisi Hoffmann.

3. Mulheres deixarão de ter direito a descanso. A reforma revoga o artigo 384 da CLT. Na prática, acaba com o direito da mulher descansar 15 minutos, como previsto hoje, antes de começar uma jornada extraordinária, ou seja, a hora ex-

tra. No passado, o Superior Tribunal Federal (STF) decidiu que esse dispositivo é constitucional devido à dupla jornada de trabalho das mulheres.

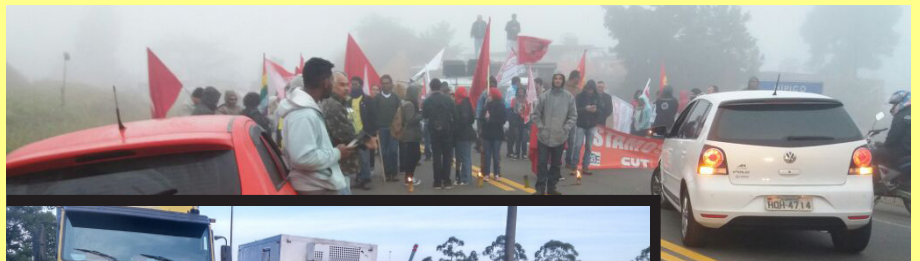
4. Trabalho de 12 horas seguidas por dia. O governo quer aprovar uma medida que permita que o trabalhador possa ter jornada de 12 horas e descanso de 36 horas, quando a legislação brasileira hoje estabelece jornada máxima de 8 horas. Levando em conta que o patrão tem muito mais poder na hora de negociar, o trabalhador ficaria exposto a jornadas exaustivas que podem comprometer sua saúde.

5. Trabalho intermitente. Nesse tipo de trabalho o empregado não tem vínculo com a empresa, nem horário certo, mas fica a disposição do patrão 24h por dia e só recebe as horas trabalhadas. Funciona assim: quando a empresa chamar, a pessoa trabalha 4h. Se não voltar a chamar o trabalhador só receberá por essas 4h. E se ela não quiser mais os serviços não haverá rescisão de contrato, férias, décimo terceiro. Sindicatos classificam essa jornada como a "escravidão do século 21".

TRABALHADORES VÃO AS RUAS MOSTRAR QUE SÃO CONTRA AS REFORMAS

Na última sexta-feira (30) trabalhadores de todo o Brasil se mobilizaram para dizer um grande não as propostas de reformas de Michel Temer. O dia foi marcado pela paralisação de diversas categorias, além da organização de atos em todos os estados. Ações como trancamento de avenidas, rodovias e ocupação de espaços públicas foram táticas utilizadas pelas centrais sindicais e movimentos sociais para protestar.

Segundo o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, os parlamentares estão receosos de apoiar as reformas de Temer, em decorrência da presença constante de manifestantes nas ruas, lutando pela preservação dos seus direitos. O dirigente sindical aproveitou para convocar a militância para acompanhar de perto os próximos passos da tramitação da Reforma Trabalhista, que deve ocorrer nesta semana.



Juiz de Fora-MG e São Bento do Sul-SC: operários da construção paralisam as rodovias federais pelos direitos

LIBERAÇÃO DO HOMEM DA MALA MOSTRA QUE JUSTIÇA BRASILEIRA TEM LADO

Em meio a greve geral dos trabalhadores, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Edson Fachin, mandou soltar o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR). Loures foi flagrado em ação da Polícia Federal recebendo uma mala com R\$ 500 mil em dinheiro de um executivo da JBS, como pagamento de propina.

Após sua prisão, foi denunciado, junto com Temer, por corrupção passiva. Fachin determinou que ele passe a usar tornozeleira eletrônica.

A CARREIRA DE AÉCIO - Na mesma sexta-feira, o também ministro do STF, Marco Aurélio Mello, destacou a "carreira

elogiável" de Aécio Neves ao negar o pedido de prisão e autorizar a retomada do mandato de senador. Aécio, que estava afastado da função desde o dia 18 do mês passado, é acusado por crime de corrupção passiva e obstrução de Justiça.

NA CONTRAMÃO - Para o presidente da Conticom/CUT, Claudio da Silva Gomes, "nossa Justiça mostra, mais uma vez, que se apresenta de duas formas: para a classe trabalhadora ela é dura e inflexível, já para a classe dominante ela é complacente e elogia a conduta de criminosos". "Nossa justiça tem lado, e não é o nosso, é o lado dos criminosos", sublinhou Claudinho.

SINTRACOM CAMPO GRANDE-MS FECHA CAMPANHA COM GANHO REAL DE SALÁRIO

Depois de diversas rodadas de negociação, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção de Campo Grande/MS (Sintracom), fechou acordo de reajuste salarial com o sindicato patronal. Para a maioria dos trabalhadores o reajuste será de 5%. Quem recebe acima de R\$ 2.000,00 terá o salário reajustado em 3,5%.

Como a data-base da categoria é o mês de março, o reajuste será retroativo. As diferenças de salários referentes aos meses de março, abril e maio de 2017 serão pagas no começo dos meses de agosto, setembro e outubro.

VITÓRIA - "Na atual situação econômica e política do Brasil consideramos este reajuste uma vitória. Cerca de 90% dos trabalhadores têm o salário-base de até R\$ 2.000,00 e terão 5% de aumento, um índice acima da inflação do período e que traz ganho real nos salários", explica José Abelha, presidente do Sintracom.

MELHORIAS - O Sindicato também conseguiu negociar melhorias em benefícios para o trabalhador. O vale-alimentação passou de R\$ 140,00 para R\$ 160,00, o que significa um reajuste de 14,30%. O Sintracom ainda negocia a inserção de um plano de saúde para os trabalhadores. "Caso a negociação seja concretizada será um marco para toda a categoria que nunca teve um plano de saúde", afirma Abelha.

MÁRMORE - O Sintracom está negociando o reajuste dos trabalhadores dos setores de Gesso, Marmoraria e Pré-Moldados, também reivindicando ganho real nos salários. "Conseguimos um aumento digno para o setor da construção civil, queremos o mesmo critério para os demais setores", explica o presidente do Sintracom.

NEGOCIAÇÃO - A próxima reunião com os patrões será nesta semana. "Tudo está indo em direção ao fechamento de um



Negociação do Sintracom com a entidade patronal



Nas ruas do capital do Mato Grosso do Sul, ao lado das demais categorias, lutando pela justiça social

acordo. Quando isto acontecer, os trabalhadores receberão os valores retroativos, já que a data-base da categoria é o mês de março", explica Abelha.

CESIT DENUNCIA QUE "NÃO HÁ UM ÚNICO AVANÇO NA REFORMA TRABALHISTA"

O Centro de Estudos Sindicais e de Economia da Unicamp (Cesit) lançou nessa segunda-feira (3) um dossiê em que avalia a proposta de reforma Trabalhista do ilegítimo Michel Temer (PMDB). Segundo o documento, a Projeto de Lei da Câmara (PLC 38/2017) prestes a ser votado no Senado Federal não

traz um único ponto que beneficie o trabalhador brasileiro.

RETROCESSO PATRONAL - O documento do Cesit destaca que a proposta responsável por revisar mais de uma centena de itens da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) é um apanhado de diversas reivindicações patronais.

MACROSSECTOR E REALIDADE JURÍDICA

Douglas Martins

A orientação de negociar, onde possível, cláusulas sociais com validade por dois anos (no mínimo) foi tirada no último encontro jurídico do macrossetor da indústria da CUT. A recomendação se dá por precaução diante das incertezas trazidas pelo golpe e sua reforma trabalhista. Categorias com data-base no segundo semestre devem se empenhar nesta direção.

ESCLARECIMENTO - Também constou da pauta do Encontro avaliar a propositura de Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), para



esclarecer o direito das entidades sindicais cobrarem contribuição confederativa (ou assistencial), suspensas liminarmente no STF por Gilmar Mendes desde fevereiro deste ano. A decisão, com repercussão geral, obstruiu o custeio das entidades em todo país.

O tema do custeio é juridicamente conduzido em prejuízo dos sindicatos. A liberdade coletiva de organização sindical fica vulnerável com o incentivo da oposição individualista, que enfraquece as entidades. Qualquer associação decide pelo conjunto de seus representados mediante assembleias. Só o Ministério Público do Trabalho - MPT entende que nos sindicatos não é assim.

AFRONTA - Ao se meter neste tema, o MPT, com apoio do Judiciário, afrontou a Constituição Federal, mantendo o Estado na livre organização dos trabalhadores. Caso seja aprovada a reforma trabalhista, com a "prevalência do negociado sobre o legislado", o MPT perde a legitimação para

agir, colhendo os frutos amargos de sua histórica posição institucional equivocada. Apoiar patrão dá nisso.

A ADPF visará discutir a natureza infraconstitucional do sistema de custeio. Assim, decisões de assembleias que criem contribuições extensivas à toda categoria se regulariam por controle de legalidade quanto à representatividade ou da razoabilidade quanto ao valor estipulado. Mas o direito constitucional de tomar decisões em assembleia extensivas a todos estaria fora de discussão.

PRESSÃO - A despeito das novas regras para a organização sindical, é certo que somente com muita mobilização se reverterá a orientação política ditada pelos patrões para as relações do trabalho através de suas marionetes no Congresso Nacional. Eles imaginam que os trabalhadores aceitarão passivamente voltar ao século XIX. Nunca foi assim. Tampouco será agora.